



FÓRUM ENSINO · PESQUISA
EXTENSÃO · GESTÃO
FEPEG
UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras



24 a 27
setembro
Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

Desigualdade e Distribuição de Renda no Brasil

Wanderleide Berto Aguiar, Maria da Luz Alves Ferreira, Maria Helena Souza Ide, Ludiana Martins Silveira, Queite Marrone Soares da Silva, Ana Flávia Rocha de Araújo, Wesley Ribeiro Carvalho Pimenta

Introdução

Falar a respeito da desigualdade de renda no Brasil contemporâneo é trazer à luz da discussão uma abordagem de cunho mais abrangente buscando ir além dos limites no tocante a distribuição de renda. Para tanto, ao fazer essa discussão não podemos desconsiderar a constatação de momentos de instabilidade que operaram na sociedade brasileira em relação às questões que envolvem a macroeconomia e sociais. Considerado um dos países mais desiguais do mundo, o Brasil passa ser um campo fértil de reflexão ao se falar da desigualdade de renda que afeta grande parte da população brasileira. Historicamente, o Brasil tem mostrado um elevado índice de má distribuição de renda e isso talvez seja um dos maiores problemas estruturais que o país tem enfrentado por décadas. Nas décadas recentes pela constatação de pesquisas e o próprio dinamismo da economia do país, temos alcançado um patamar considerável no aumento do padrão de distribuição de renda na contemporaneidade, e isso só foi possível por conta das políticas distributivas de transferência de renda, que começou a ser implantada em meados da década de 90 até os dias atuais. As medidas de transferência de renda para a população menos favorecida tenta corrigir o lado obscuro da sociedade brasileira arrastado por longas décadas. A história brasileira é marcada pela extrema desigualdade social e econômica, desde os tempos da era colonial o país atravessa por um abismo social em que a distribuição de renda não era preocupação para a classe política naquele momento. A herança da escravidão retrata a dimensão da gravidade de como foi se perpetuando até meados da década de 30, quando chegam as primeiras indústrias, implantando aqui uma nova dinâmica na indústria, pois décadas anteriores a produção brasileira era estritamente agrária. Para Baptistella [1],

A desigualdade de renda sempre esteve presente na realidade brasileira, colocando o país entre os mais desiguais do mundo. Isso resulta, entre outros motivos, do passado colonial e escravista do Brasil, que deu origem a uma formação econômica e social que impossibilitou os estratos mais pobres da população a aumentarem sua fração de renda ao longo do tempo, contribuindo assim para que o elevado grau de desigualdade de renda no país persistisse. (BAPTISTELLA, 2010, p.07).

Esse modelo econômico denominado agrário-exportador, tendo em vista que a economia do Brasil girava principalmente em torno da produção do café dentre outros produtos agrários para serem exportados para outros países. No final século XIX até as primeiras décadas do século XX, já começa no Brasil implantar novas bases para o desenvolvimento industrial que ocorreu após 1930. Portanto, os objetivos que norteiam essa reflexão é analisar como o Brasil tem avançado quanto a queda significativa da desigualdade, a partir da distribuição de renda que teve um avanço significativo nos anos 2000. Bem como fazer uma contextualização histórica da situação da desigualdade gerada por fatores estruturais na conjuntura do país por sucessivos momentos da sua história.

Material e métodos

Para dar sustentação essa análise, utiliza-se de dados e pesquisas científicas em torno da distribuição de renda no Brasil e evidenciar como as políticas distributivas de renda têm dado a oportunidades a grande parte da população brasileira sair da extrema miséria. Para tornar possível essa reflexão busca-se dialogar com a literatura que aponte uma consistente reflexão a respeito da queda da desigualdade de renda no Brasil.

Resultado e Discussão

A distribuição de renda é um fator que tem sido fonte de discussão mundialmente, quanto se discute a desigualdade na sua intensidade, pode se dizer que, ela provem de uma forte concentração de riqueza em que grande parte da maioria da população mundial vivem a margem da pobreza, com muito pouco para sobreviver. O Brasil depois de períodos turbulentos de décadas instáveis mudou esse cenário. Através de políticas públicas, nos últimos anos o país tem passado por modificações relevantes quanto ao fator da ordem distributivas que tornou uma característica positiva da política brasileira. Na perspectiva baseada nos estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA [2], os números mostram que a queda na desigualdade no Brasil ganhou magnitude para as últimas décadas e que nesse período houve uma redução significativa na desigualdade da renda familiar nas famílias brasileiras. O gráfico abaixo ilustra bem, ao revelar a acentuada redução da desigualdade no período de 1995 alcançava um nível bastante alto, na entrada de 2000 até 2007 percebe-se uma queda significativa da desigualdade de renda das famílias brasileiras.



De acordo com o gráfico 01, observa que entre 2001 e 2007 é registrada no país melhora nos indicadores econômicos, sociais e de mercado de trabalho. As políticas de proteção social expandem-se, rompe-se com a tendência de longo prazo de desestruturação do mercado de trabalho, e a economia brasileira, favorecida pelo cenário internacional pós-2003, apresenta aceleração no crescimento do PIB e redução da inflação. Conforme Santos [3], que menciona quanto à questão da desigualdade social que é um fator importante a ser analisado, pois quando exemplifica a média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que oscilou entre 0,04% em 1998 e -0,03 em 2003, enquanto que no período de 2004 a 2008 foi de 4,8% em média. Esses dados indicam uma significativa mudança na estrutura da política social, “sistematicamente acusada de retrair os investimentos e impedir o crescimento econômico, tiveram relação com crescimento do PIB” (SANTOS, [3,1]). Diante disso, é importante dar ênfase quanto às políticas sociais que além de dar acesso a bens e serviços, são fatores que contribuíram para a realização de direitos de cidadania, que acabou sendo um meio fundamental de expansão do Estado social e do crescimento econômico.

Conclusão

Na tentativa de discutir a distribuição de renda no Brasil, a reflexão feita no decorrer dessa análise, os dados demonstrados afirmam que a problemática da desigualdade de renda no país perpassa por fatores de interesses políticos e econômicos que não permite que o bolo seja repartido de forma igualitária. Verificou-se que a desigualdade de renda no país vem caindo de forma expressiva desde 2001, a causa dessa redução está vinculada aos programas de transferência monetária, no caso do Programa Bolsa Família e dentre outros. São questões que entraram com mais vigor no governo de Fernando Henrique Cardoso e continuou com o governo de Luís Inácio Lula da Silva. Para tanto, observa-se que nos estudos apontados na entrada dos anos 2000 há uma desconcentração de renda, ocorreu uma significativa diminuição no número de extrema pobreza da população brasileira considerada a mais vulnerável e também a mais que sofre com a grande concentração de renda. A expansão de políticas sociais e dos programas de transferência monetária ao que tudo indica, esses programas e políticas sociais deram destaque a melhoria da distribuição de renda no Brasil nos anos 2000.

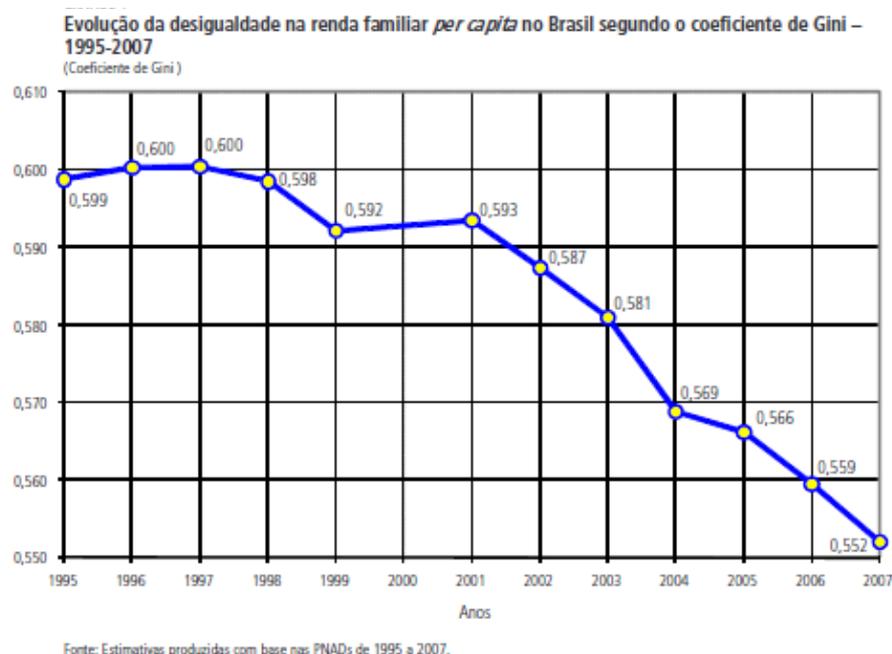


Gráfico 01: Evolução da desigualdade na renda familiar per capita no Brasil segundo o coeficiente de GINI¹ - 1995-2007
Fonte: IPEA (2010)

¹ De acordo com o IPEA [4], O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que assume valores entre 0 (zero) e 1 (um). Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a distribuição de renda; quanto mais próximo de um, mais concentrada é a distribuição de renda. Dessa forma, o coeficiente de Gini (G) é uma medida estatística de desigualdade, muito usada para indicar o grau de concentração de renda de uma região.



FÓRUM ENSINO · PESQUISA
EXTENSÃO · GESTÃO

FEPEG

UNIVERSIDADE: SABERES E PRÁTICAS INOVADORAS

Trabalhos científicos • Apresentações artísticas
e culturais • Debates • Minicursos e Palestras

REALIZAÇÃO:



APOIO:



24 a 27
setembro

Campus Universitário Professor Darcy Ribeiro

www.fepeg.unimontes.br

Referências

- [1] BAPTISTELLA, Juliana Carolina Frigo. **Os Impactos dos Programas de Transferência Condicionada de Renda na Desigualdade do Rendimento Domiciliar Per Capita nas Macrorregiões Brasileira Pós 2000**. Mestranda em Economia Aplicada pela Universidade Federal de São Carlos. 2010. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/Premio_TN/XV Premio/qualidade/3qualidadeXVPTN/Tema_2_3.pdf> Acesso em julho de 2014.
- [2] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. A década inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de renda. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/120925_comunicadodoipea155_v5.pdf> Acesso em julho/2014.
- [3] SANTOS, Ricardo Matos de. **Crescimento Econômico e Desigualdade na Distribuição de Renda no Brasil dos anos 1970 a 2007**. 2009. Monografia (Faculdade de Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25369/000739302.pdf?>> Acesso em julho de 2014.
- [4] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BA5F4B7012BA72BFE670D28/bmt_37.pdf> Acesso em julho/2014.